

Tensão entre índios

Rio Amônia vive novo conflito

Posseiros da reserva indígena do Amônia, localizada próxima à fronteira com o Peru, no município de Cruzeiro do Sul, estão em pé de guerra com cerca de 400 índios Kampas que vivem no local. A área, com uma extensão de 87.205 hectares, já foi demarcada pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Apesar da demarcação, os conflitos entre índios e brancos (agricultores e seringueiros) continuaram. Segundo a Funai, os conflitos, que não chegaram a fazer vítimas, continuaram porque alguns posseiros não aceitaram o valor da indenização e decidiram permanecer na área, o que tem causado inúmeros problemas aos índios. O desmate na reserva seria o principal deles.

O administrador da Funai no Acre, Ronaldo Lima de Oliveira, ameaçou ontem acionar a PF (Polícia Federal) para resolver o impasse, caso os posseiros — que são poucos — não decidam abandonar a reserva indígena do Amônia. Ronaldo Lima, que se mostra preocupado com a situação, viaja hoje para a área onde tentará convencer os posseiros a abandonarem a área. Se não conseguir com conversa, Ronaldo afirma que utilizará os meios legais — a Polícia Federal, no caso — para defenestrar os posseiros da reserva do Amônia. Segundo ele, os posseiros não podem continuar na área, uma vez que já houve o processo de demarcação e o pagamento de indenização para a maioria das 21 famílias que viviam na reserva.

De acordo com a Funai, os posseiros que ainda vivem na



Os índios Kampas estão em pé-de-guerra contra posseiros

região do Amônia estariam ilegalmente, "pois o Governo Federal já demarcou a área e a considerou, através de Decreto, como Reserva Indígena". Para Ronaldo Lima, a única saída para os posseiros, que insistem em permanecer na

reserva, é se retirarem o quanto antes possível. Disse que se isso não ocorrer, após a visita que fará à reserva, a direção da Funai no Acre vai adotar todos os procedimentos legais para fazer com que desocupem a área indígena.

Demarcação em áreas está parada

A demarcação de áreas indígenas no Acre, que somam 811 mil hectares, só depende da autorização do Ministério da Justiça, informou ontem o administrador da Funai, Ronaldo Lima de Oliveira. Disse que o órgão já enviou as propostas de demarcação de dez áreas para Brasília. Agora, segundo ele, a demarcação das reservas depende, além de um parecer favorável do Ministério da Justiça, da homo-

logação por parte do presidente Itamar Franco. O dirigente da Funai não acredita que haverá impasse para autorização do processo de demarcação, uma vez, que segundo Ronaldo Lima, foram feitos todos os procedimentos legais.

O administrador Ronaldo Lima, da Funai, explicou que de acordo com a Constituição Federal a demarcação das

áreas indígenas, em todo o País, deverá ser concluída até o próximo dia 5 de outubro. Disse que o Ministério da Justiça vem trabalhando nesse sentido. Segundo um levantamento da Funai, no Acre a maior área a ser demarcada é dos Jaminawas do Igarapé Preto. A área possui 238 mil hectares. Das áreas, cujas propostas já foram enviadas ao Ministério da Justiça, a menor possui 14 mil hectares.